



# CAMPANHA SALARIAL 2015 PROIFES FEDERAÇÃO

**A** pesar dos acordos assinados pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação) nos últimos anos – que elevou a remuneração dos professores federais – a crise econômica, o aumento do custo de vida e a inflação, que teima em permanecer acima da meta, estão trazendo perdas ao salário dos docentes.

Os ajustes fiscais do país são colocados com frequência na conta dos trabalhadores, quando muitas outras fontes de recursos poderiam ser buscadas, a exemplo da regulamentação do imposto sobre grandes fortunas; da taxaço sobre a movimentação financeira, em especial sobre o capital especulativo; e da cobrança de royalties mais significativos sobre a produção mineral.

Mesmo diante de uma conjuntura tida como desfavorável, não podemos retroceder nos avanços conquistados para os professores. Ser *“uma pátria educadora”* exige a manutenção e a ampliação dos compromissos assumidos com a classe dos professores como um todo e, especialmente, com os docentes do Magistério Superior (MS) e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

O **PROIFES-Federação** julga essencial que os docentes mantenham

um intenso processo de mobilização, preparando-se para o eventual exercício de seus legítimos instrumentos de pressão, quando e se necessário. Nosso objetivo é o de viabilizar uma negociação que possa, mais uma vez e em tempo próprio, aperfeiçoar as carreiras do MS e EBTT, valorizar os salários de seus professores e garantir a todos eles condições de trabalho que lhes permitam, e às suas instituições, desenvolvimento pleno.

# PROPOSTA 2016-2018

O PROIFES-Federação buscará dialogar e negociar um acordo válido para o triênio 2016-2018, e trabalhará para que sejam atendidas demandas fundamentais, como:

■ **Elevar os patamares salariais atuais**, com aumentos reais perfeitamente compatíveis com o relevante papel social exercido pelos professores de Universidades e Institutos Federais - seja na formação de inúmeros profissionais, seja por sua contribuição para a produção do conhecimento e para o desenvolvimento econômico e social do país;

■ **Organizar a malha salarial, com percentuais definidos:**

- entre os salários de docentes das diferentes classes e níveis
- entre a Retribuição de Titulação (RT) e o Vencimento Básico (VB)
- entre as remunerações dos docentes dos três regimes de trabalho.

Essa questão tem grande relevância política, posto que, ao vincular todos os demais salários – de forma automática – ao piso salarial da categoria (salário do graduado, auxiliar 1 ou D I 1, em regime de 20h), fará com que as próximas negociações sejam muito mais simples e objetivas, além de estabelecer degraus mais justos e similares entre as remunerações das diversas classes, níveis, titulações e regimes de trabalho; e

■ **Valorizar os professores em regime de dedicação exclusiva**, que é o considerado prioritário para o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

# RESUMO DOS GANHOS SALARIAIS PRETENDIDOS PARA O TRIÊNIO 2016-2018:

■ Nenhum docente terá, em janeiro de 2016, aumento real (ou seja, sem contar a inflação) inferior a 4%, em relação a março de 2015, o que significará mais de 10% nominal. O aumento salarial nominal médio dos professores federais nesse período será bem superior, por conta da correção da malha salarial: (cerca de) 27%. Isso corresponde a uma elevação real média dos salários de (cerca de) 21%;

■ Em janeiro de 2017, pela proposta, todos terão novo aumento real, descontada a inflação, adicional de 2% (em relação a janeiro de 2016), sendo que os docentes em regime de dedicação exclusiva (DE) terão outros 5%, perfazendo, para estes, (cerca de) 7% de aumento real; e

■ Em janeiro de 2018, repete-se o aumento real, descontada a inflação, de 2% (desta vez em relação a janeiro de 2017) para todos os professores, e de 7% para os docentes em DE.

## O PROIFES TAMBÉM DEFENDE AS SEGUINTE DEMANDAS, PENDENTES DE NEGOCIAÇÕES ANTERIORES:

■ Garantia de que a (desejável) expansão das Universidades e Institutos Federais se dê de forma a assegurar adequadas condições de trabalho para todos os professores;

■ Criação de programas de capacitação para as carreiras do MS e EBTT;

■ Criação de estímulos à retenção de professores em locais de difícil lotação;

■ Redefinição dos critérios para concessão do auxílio transporte, hoje totalmente inadequados;

■ Efeito legal e financeiro de progressões e promoções retroativo à data em que se completou o interstício de dois anos, e não a partir da data de emissão de portaria de concessão, pela IFES;

■ Fim da exigência de conclusão do estágio probatório para mudança de regime de trabalho e para a promoção acelerada (dos que estavam na Carreira em

■ Fim das barreiras por titulação no MS;

- Reenquadramento na classe de professor associado dos professores aposentados do MS que, à época da criação dessa classe (maio de 2006), foram represados em adjunto 4;
- Extensão da possibilidade de obtenção do Reconhecimento de Saberes e Competências aos aposentados do EBTT;
- Enquadramento dos professores aposentados da Carreira do Magistério Básico Federal na Carreira de EBTT;
- Rediscussão dos critérios de implantação da mudança de interstício de 18 para 24 meses, na carreira de EBTT;
- Dispensa do controle de frequência aos professores do EBTT, à semelhança de seus colegas do MS; e
- Reajuste imediato dos benefícios aos servidores, como auxílio-alimentação, ressarcimento de saúde, auxílio-creche e os demais.

***Não existe  
desenvolvimento,  
sem educação de  
qualidade e profes-  
sores valorizados.***

## **PELA MANUTENÇÃO DE DIRETOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

A Federação lutará no Congresso Nacional pela rejeição integral das Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2014 que modificam e reduzem direitos e benefícios sociais garantidos ao trabalhador. Também buscará, juntamente

com entidades parceiras e centrais sindicais, a retirada de qualquer proposta de aumento de impostos à classe trabalhadora, a exemplo da correção na tabela de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

# AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA PLENA

O PROIFES-Federação entende que este tema, por sua relevância social, requer a imediata abertura de negociação entre o Governo, entidades de gestores, federações de servidores e da sociedade civil para que se construa, de forma democrática e republicana, uma Lei Orgânica para as Universidades e Institutos Federais

que atenda os interesses da sociedade como um todo.

A proposta elaborada pelo PROIFES defende que as instituições possuam autonomias didático-científica; administrativa, de gestão financeira e patrimonial, como ainda uma procuradoria autônoma, independente da Advocacia Geral da União (AGU).



**PROIFES**  
FEDERAÇÃO

FEDERAÇÃO DE INDICADOS DE PROFESSORES E PROFESSORAS DE INSTITUÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DE ENSINO BÁSICO TÉCNICO E TECNOLÓGICO

## SINDICATOS FEDERADOS:

**Adufg**  
SINDICATO

**ADUFMS**  
Sindical

**ADufres**  
sindical

**ADUFscar**  
SINDICATO

**APUB**  
SINDICATO

**adurn**  
Sindicato

**SINDUFMA**



**Sindiedutec**

SIND. PROIFES

## FILIADO A:

 Internacional de la Educación  
AMÉRICA LATINA



SAIBA MAIS NO SITE DO PROIFES:  
[WWW.PROIFES.ORG.BR](http://WWW.PROIFES.ORG.BR)

+55 61 3322.4162  
SCS QUADRA 01, BLOCO I, SALA  
803/804, EDIFÍCIO CENTRAL

BRASÍLIA/DF, BRASIL  
[PROIFES@TERRA.COM.BR](mailto:PROIFES@TERRA.COM.BR)  
[@PROIFESFEDERAL](https://www.instagram.com/proifesfederal)